

PERTENCIMENTOS LOCAIS, EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS E PRÁTICAS POLÍTICAS: CLIENTELISMO E POLITIZAÇÃO NA CÔRSEGA (SÉCULOS XIX E XX)¹

LOCAL BELONGNESS, DAILY EXPERIENCES AND POLITICAL PRACTICES: CLIENTELISM AND POLITIZATION IN THE CORSICA (19TH AND 20TH CENTURIES)

Jean-Louis Briquet*

Introdução

O clientelismo geralmente é considerado como um obstáculo à modernização política e à politização democrática. Vínculo pessoal utilitário e particularista, baseado na obtenção de benefícios pessoais recíprocos (apoio político mediante favores), ele é visto como um empecilho à concretização de uma cidadania universalista, fundada na cultura cívica, nas identificações coletivas, nos valores políticos e nas ideologias². A partir do caso da Córsega, ao qual dediquei grande parte de minhas pesquisas (BRIQUET, 1997a), este artigo contesta de duas maneiras essa interpretação do clientelismo político. Pri-

meiramente, em uma perspectiva histórica, trata-se de estudar o clientelismo como um mecanismo através do qual as instituições e as categorias políticas modernas integram e se adaptam a situações locais no decorrer do processo de formação e de consolidação das instituições democráticas. Em segundo lugar, em uma ótica mais antropológica, trata-se de mostrar como os vínculos personalizados de troca se inserem em uma economia moral a partir da qual os atores sociais se apropriam concretamente da política e lhe dão sentido. Deste modo, o artigo reexamina a noção de politização, concebida mais como um processo de apropriação prática e de experimentação da democracia

* Doutor em ciência política e pesquisador do Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (CESSP), CNRS-Université Paris 1 – EHESS (Paris/FR). jean-louis.briquet@univ-paris1.fr.

1. Tradução de Patrícia Reuillard. Revisão técnica de Igor Gastal Grill.

2. Sobre a difusão dessa interpretação do clientelismo nas Ciências Sociais, ver Briquet (1998). Essa interpretação domina atualmente os debates científicos e públicos, como mostram Combes e Vommaro (2015).

do que como um processo de interiorização dos padrões oficiais da política moderna.

1. História e sociologia da politização democrática na França

A história e a sociologia política promoveram por muito tempo, na França, uma concepção da politização que a assimila a um processo de aculturação à política legítima que incide sobre a população. Enfatizam-se os mecanismos de difusão (no território nacional e em diferentes categorias de eleitores), dos valores (ideais coletivos, moral cívica, “modelo republicano”), dos saberes (doutrinas, classificações partidárias) e das competências (ato eleitoral, engajamento militante) da política institucional e oficial.

A história política da França no século XIX sustentou uma primeira formulação dessa concepção. Na obra de Maurice Agulhon (1979), a mais importante nessa área, a “penetração da política no campo” é associada à assimilação progressiva do “modelo republicano” pela população – particularmente a rural, que forma, nessa época, a maior parte da população francesa. O declínio da influência espiritual do clero, a ampliação do horizonte cultural das massas (difusão da língua nacional, diminuição do analfabetismo, desenvolvimento da leitura da imprensa), a vitalidade da sociabilidade popular e das instâncias de organização da vida rural (confrarias, sociedades de previdência, círculos sociais, etc.) favoreceram, a partir dos anos 1830, o “deslocamento da política em direção às massas”. Estas aprenderam a se interessar pelas questões públicas, a expressar coletivamente suas reivindicações, a abandonar suas autoridades tutelares em proveito de novos líderes oriundos das sociedades rurais (pequenos

proprietários, trabalhadores manuais ou comerciantes, profissionais liberais), com os quais mantiveram formas mais igualitárias de relações sociais, participando da propagação da ideia e das práticas democráticas em amplas frações da sociedade.

Ao institucionalizar na duração o sufrágio universal (masculino) e o pluralismo partidário, a Terceira República (1870-1940) consagrou esse processo. A partir dos anos 1870-1880, a regularidade dos escrutínios, nacionais e locais, combinada a uma disputa eleitoral realmente competitiva, inseriu a política na vida cotidiana dos indivíduos que experimentaram concretamente a cidadania, habituando-se a este novo modo de expressão – o voto – e dando-se conta de sua capacidade de influência, mesmo reduzida, sobre seus representantes. Graças a estes e à expansão da imprensa, os cidadãos se familiarizaram com as ideologias e os programas de alcance geral e se apropriaram das identidades coletivas (republicanos contra monarquistas, radicais contra conservadores, “vermelhos” contra “brancos”) que consolidavam tanto as relações verticais de lealdade com os políticos eleitos, quanto os vínculos horizontais de solidariedade em redes de sociabilidade e de cooperação de natureza comunitária ou profissional. O desenvolvimento das instâncias de socialização cívica, principalmente a escola primária e o serviço militar obrigatórios, reforçou, com a inculcação dos princípios abstratos da cidadania, a lealdade ao Estado e à Nação; também auxiliou na propagação de uma identidade nacional, fundada na laicidade e na moral republicana e mantida por rituais públicos (festas, comemorações), estabelecendo o laço social coletivo a partir de uma simbólica comum. Assim, os cidadãos aprenderam a

relacionar os acontecimentos da vida local às questões políticas debatidas na nação e endossaram papéis cívicos que os levaram a se interessar pelas questões públicas e a se abrir às influências políticas externas³.

Embora a síntese que Eugen Weber (1983) consagrou à modernização da França rural entre 1870 e 1914 tenha originado controvérsias historiográficas relativas à temporalidade dos processos dessa modernização, assim como às relações que ela manteve com as formas tradicionais da organização e da cultura das sociedades agrárias, ela formulou um ponto de vista globalmente muito próximo. Weber descreve da seguinte maneira a introdução da “política moderna” no campo:

A passagem da política local tradicional à política nacional moderna se deu quando os próprios indivíduos passaram da indiferença à participação porque sentiram que faziam parte da nação [...] Em outras palavras, a política nacional se tornou importante quando se percebeu que as questões nacionais afetavam as pessoas e as regiões envolvidas (WEBER, 1983, p.353).

As populações que ainda se serviam de um “arsenal ideológico anacrônico” e adotavam formas “arcaicas” de expressão política (revoltas camponesas, desordens, “hostilidades tradicionais”), cujo horizonte de vida se confinava à estreita esfera do vilarejo ou do cantão, abriam-se então à “nova terminologia e aos novos interesses”, promovidos pelas elites políticas, e às “ideologias externas”. Enquanto toma-

vam consciência de pertencer a um espaço nacional mais amplo do que aquele de sua localidade, se familiarizavam com “as ideias que haviam invadido as cidades há muito tempo [e que] agora desencadeavam novas necessidades nas massas rurais. E a política estava ali para estimulá-las, para lhes oferecer um molde ideológico” (WEBER, 1983, p. 361). Com exceção do que ocorria nas regiões periféricas do espaço nacional (certas zonas rurais do sul ou do leste da França, a Córsega ou uma parte dos Alpes) – regiões “arcaicas” que permaneceram às margens do processo de integração nacional e de politização democrática que atingia o restante do país:

[...] as grandes questões locais não encontravam mais sua origem ou sua solução no vilarejo; elas precisavam ser resolvidas fora dele, e frequentemente bem longe dali. O campesinato despertava pouco a pouco para as ideias urbanas (isto é, gerais) e para as questões abstratas (ou seja, aquelas que não eram locais) (WEBER, 1983, p. 399)⁴.

Em ambos os casos, a politização ocorre a partir de um movimento de integração ao espaço nacional e de educação para a democracia, primeiramente sob os auspícios das elites progressistas emergentes e, depois, do Estado republicano. Nos dois casos, ela se traduz pela inculcação das categorias e dos valores predominantes da política institucional (as “ideologias”, as normas cívicas promovidas pela República) na população, que “desperta” assim para a consciência política e para a emancipação cívica.

3. Ver Roussellier (2002), Pécout (1994) e Offerlé (2007a e b).

4. É nesses termos que Weber (1983) descreve “a passagem da política local tradicional à política moderna”, estudada detalhadamente no capítulo 15 da obra.

Em termos às vezes próximos – embora com premissas diferentes⁵ –, a sociologia histórica também defendeu a tese de uma identificação entre politização democrática e assimilação popular das categorias legítimas da política oficial, dos motivos ideológicos na origem das convicções cidadãs. Um de seus representantes, Alain Garrigou, escreve sobre isso:

Logo, a integração à política moderna também foi uma conversão à política, pura e simplesmente. Nessa conversão, que chamamos de ‘politização’, as questões políticas nacionais, portanto distantes, ficavam mais próximas e percebiam-se cada vez mais suas consequências sobre as condições de vida de cada um [...]. Em um primeiro momento, [a nova visão política] com frequência se associava a um interesse por questões muito materiais, tais como a construção de estradas ou de fontes públicas. Nessa situação, a problemática eleitoral começava a mobilizar os eleitores sem se apoiar na dominação ou nas solidariedades comunitárias [...]. Em um segundo momento, os eleitores passaram a desenvolver convicções políticas mais íntimas, à medida que os votos anteriores eram assimilados a opiniões políticas (GARRIGOU, 2002, p. 20-21).

A sociogênese da democracia eleitoral se confunde, desse modo, com a formação de um mercado político, no qual se trocam bens abstratos (ideologias, crenças coletivas, políticas públicas), governado pelas

normas da cidadania e nacionalizado pela ação dos partidos políticos de massa. Segundo a análise proposta principalmente por Michel Offerlé, a emergência e a afirmação, na Terceira República, de quadros políticos de origem social mais baixa do que a das antigas figuras proeminentes e sem os recursos de patronagem destas “explica as novas formas da competição política”, ou seja, a passagem “de um repertório de mobilização inicialmente fundado na oferta de bens privados a uma oferta de bens mais abstratos – bens públicos indivisíveis –, oferta de discurso, de representações, de imagens do futuro, de políticas imateriais”. Ainda que esse processo, conforme Offerlé, “não acarrete [...] a criação universal de um cidadão livre, consciente da importância de seu voto e do que está em jogo”, ele leva à “aquisição de um domínio prático mínimo” (OFFERLÉ, 1989, p.166-167) da política, ao menos por parte daquelas frações da população suficientemente politizadas para relacionar seu voto aos problemas que as atingem, atribuir-lhes um valor político (manifestação de lealdade a um partido, adesão a uma doutrina, expressão de um descontentamento ou de uma reivindicação coletiva) ou agir segundo as normas interiorizadas do dever cívico.

2. Politização e competência política

Esse tipo de análise promove uma concepção simultaneamente institucional (ou “legitimista”) e “cognitivista” da politiza-

5. Em especial a hipótese deque as transformações da competição política, no sentido de transação ideológica enquadrada por organizações políticas especializadas, resulta essencialmente do trabalho de mobilização de novos “empreendedores políticos”, que não dispõem dos recursos das antigas figuras proeminentes aos quais eles se opõem (particularmente os recursos de clientela e o prestígio social), e buscam para isso impor formas de concorrência baseada em ideais coletivos, ajustados a seus interesses e a seus recursos. Ver, principalmente, Offerlé (1989).

ção, encontrada na sociologia da competência política inspirada em trabalhos de Pierre Bourdieu. Para ele, a politização se caracteriza pelo conhecimento do campo político institucional e pela possibilidade, propiciada pelo domínio dos instrumentos conceituais da política legítima, de formar uma opinião e julgamentos propriamente políticos. Segundo Bourdieu, a “competência política” é

[...] a capacidade maior ou menor de reconhecer a questão política como política e de tratá-la como tal respondendo a ela politicamente, isto é, a partir de princípios propriamente políticos (e não éticos, por exemplo). Tal capacidade é inseparável de um sentimento mais ou menos forte de ser *competente* no pleno sentido da palavra, ou seja, socialmente reconhecido com habilidade para se ocupar das questões políticas, para opinar a respeito delas ou até para modificar seu curso: com efeito, pode-se supor que a competência no sentido de capacidade técnica (cultura política) varia como a competência no sentido de capacidade socialmente reconhecida, de atributo e de atribuição estatutária – cujo oposto é a impotência e, ao mesmo tempo, a exclusão subjetiva (‘isso não me diz respeito’) e objetiva (‘isso não me interessa’) (BOURDIEU, 1979, p. 465- 466).

Enfatizam-se aqui mais as condições sociais da aquisição de uma competência política e, desse modo, as desigualdades de acesso a essa competência, conforme os indivíduos e os grupos, assim como as lógicas sociais que as explicam, do que as dinâmicas coletivas de inserção na esfera política democrática e de aclimação às regras do jogo político válidas nessa esfera, objeto principal da história e da sociologia histórica da politização. Por exemplo, Da-

niel Gaxie analisa a distribuição diferencial da competência política entre a pequena minoria de agentes “politicamente ativos” (políticos profissionais, militantes, simpaticizantes engajados), os “espectadores” (que só se envolvem na política ocasionalmente e de modo secundário pela leitura de jornais, discussões políticas e, principalmente, pela participação eleitoral) e os “indiferentes” (abstencionistas, indivíduos para quem o universo político é distante e estrangeiro e do qual tendem a se afastar e se desinteressar), relacionando-a às propriedades sociais dos indivíduos e dos grupos. Pertencer a categorias sociais superiores, assim como dispor de um nível de instrução e de um volume de capital cultural elevados, são condições da politização, entendida como “atenção ao desenrolar da competição política” e como “possibilidade de manifestar opiniões politicamente coerentes”, conforme os esquemas e categorias da política dominante, a partir dos quais os profissionais da política formulam e avaliam suas atividades (GAXIE, 1978).

A proximidade entre a acepção historiográfica da politização (como dinâmica de aprendizagem e de aculturação à “política moderna”) e a acepção sociológica (como disposição socialmente construída a se sentir afetado pela política institucional e a dominar seus códigos cognitivos e simbólicos) não é fortuita. Com efeito, essas duas acepções podem ser relacionadas a uma mesma releitura da sociologia weberiana do político e dos teóricos “elitistas” da democracia: a especialização histórica das atividades políticas e sua monopolização por um grupo de atores especializados se acompanham da formação de um campo político autônomo, de uma linguagem especializada e de regras do jogo que apenas os atores profissionalizados desse campo dominam (pois

dispõem do monopólio do trabalho de produção simbólica das ideologias e categorias dominantes da política) e, por conseguinte, da exclusão dos agentes sociais externos a esse campo (os “profanos”), em particular as classes populares, majoritariamente relegadas às margens da política legítima e condenadas ou à indiferença, ou à delegação às organizações políticas que supostamente as representam (GAXIE, 1978; BOURDIEU, 1981; LACROIX, 1985).

3. Clientelismo e politização: dinâmicas históricas da implantação da democracia eleitoral na Córsega

Se, no entanto, privilegiarmos demais uma acepção restritiva da politização, que a identifica à posse de “conhecimentos que permitem a expressão de uma escolha – e principalmente de um voto – esclarecida”, deixamos de nos interrogar sobre as competências e os saberes práticos que os cidadãos acionam quando precisam se situar no universo político, produzir opiniões e agir politicamente (TALPIN, 2010). Uma dimensão essencial da politização é assim minorada, até mesmo ocultada: as relações que o fenômeno mantém com as experiências práticas dos indivíduos e dos grupos, ou seja, as maneiras como sua inserção nos diferentes espaços da existência cotidiana (espaços domésticos, locais de residência, mundos do trabalho, redes de conhecimentos recíprocos e de sociabilidade, etc.) fazem parte das relações travadas com os universos e os atores da política oficial.

Meus trabalhos sobre a instauração da política democrática na Córsega durante a Terceira República esclarecem os mecanismos dessa politização prática (BRIQUET, 1997a e b). Neles, mostro que a aclimação das populações corsas à democracia elei-

toral resultou principalmente, mais do que da difusão da ideologia e da cultura cívicas republicanas, dos mecanismos clientelistas instaurados pelas figuras proeminentes – seja daquelas oriundas das grandes famílias insulares ou do novo pessoal político republicano, que reproduziu, ao menos parcialmente, as práticas clientelistas. Os laços de clientela travados com essas figuras não impediram absolutamente que as populações corsas se apropriassem da política “moderna”. Ao contrário, foi por meio do clientelismo e das relações com essas figuras que essas populações aprenderam o interesse de votar, envolveram-se em redes políticas locais, endossaram identidades partidárias duradouras e assimilaram categorias e valores políticos (ideologias, crenças coletivas, etc.). As relações de clientela participaram, assim, da politização das populações, em suas formas práticas (votar, participar da vida pública), mas também em suas formas simbólicas (adquirir conhecimentos políticos, ter e expressar opiniões, identificar-se com um partido político). Dois mecanismos principais podem ser destacados.

3.1. Clientelismo e “interesse” na política

O clientelismo foi, primeiramente, um poderoso meio para atrair o interesse das populações rurais pela política, pois possibilita relacioná-lo à vida cotidiana e, muito concretamente, às questões sociais que lhes são caras. Estabelecer um vínculo político duradouro com uma figura proeminente e manifestar-lhe lealdade e apoio pelo voto dão acesso a recursos materiais essenciais: uso da terra e dos bens municipais na sociedade rural; possibilidades de promoção social pelo cargo administrativo ou pela emigração; melhoria das condições de vida pela atribuição de auxílios sociais e subsí-

dios públicos. Não somente o voto adquire assim uma significação concreta para os eleitores (o que os leva a se interessarem pela política eleitoral e a participarem dela), mas também as instituições políticas modernas (administrações, partidos políticos) se inserem na sociedade local a partir de atividades diretamente relacionadas à vida cotidiana da população. Não se poderia compreender de outro modo a “paixão” pela política que a maioria dos observadores (jornalistas, altos funcionários lotados na Córsega, escritores) atribui aos corsos: os frequentes atos de violência à época de eleições (que podem até culminar em assassinatos) e as manifestações festivas que irmanam inúmeros eleitores (cortejos celebrando a vitória, rituais de humilhação dos perdedores, etc.) indicam a importância adquirida pela política na vida social ordinária da população (e também, de resto, a politização das formas tradicionais do folclore local).

Evidentemente, esses processos não são exclusivos da Córsega. Assemelham-se àqueles descritos, por exemplo, por Gabriella Gribaudi acerca da Itália do Sul. A autora mostra como o clientelismo possibilitou que as instituições políticas modernas se enraizassem concretamente no *Mezzogiorno* nos anos pós-Segunda Guerra.

Os significativos processos de transformação social e econômica encontraram nas sociedades locais canais pelos quais se expressaram [...]. A relação com o Estado e as instituições públicas pode ser assim considerada como uma relação de utilização seletiva e adaptativa [...]. [O Estado] adota as formas que a sociedade local lhe impõe, controlando seus recursos, canalizando-os para redes não institucionais e para cadeias de relações pessoais governadas por motivações dife-

rentes daquelas proclamadas pelas instituições (GRIBAUDI, 1990, p. 284).

As antigas práticas clientelistas se recompuseram para se adaptar às novas formas da ação pública. Foi assim que, por seu intermédio e por aquele das figuras proeminentes das políticas estatais, as populações locais conseguiram se apropriar dos recursos públicos e se familiarizar com os dispositivos políticos que possibilitam o acesso a eles (por exemplo, o voto, através da troca clientelista, mas também as instrumentalizações da ação pública). Tanto sob a forma abstrata das normas cívicas quanto dos princípios de justiça que ele promove, o Estado se apresenta aos cidadãos por meio de suas atividades concretas. Ele se mostra, deste modo, como um provedor de empregos (função pública, forças armadas, empregos coloniais), um fornecedor de prestações financeiras (pensões, auxílios sociais, subvenções), um ator da transformação concreta do território e dos modos de vida de seus habitantes graças às políticas públicas que implementa (melhoria dos transportes, ordenamento do território, modernização urbana, etc.). Buscando acesso aos recursos públicos, geralmente por intermédio das figuras proeminentes, a população vivencia a política de forma concreta, relacionando-a diretamente às formas e às questões em jogo em sua existência cotidiana.

3.2. Trocas clientelistas e aprendizagens ideológicas

A troca clientelista não é absolutamente incompatível com a referência a valores políticos abstratos, a crenças, a repertórios ideológicos ou partidários. Em suas declarações públicas, os políticos frequentemente combinam essas referências à menção de

sua capacidade para atender às demandas clientelistas de seus eleitores. Deste modo, associam a política oficial, entendida como a defesa de princípios, identidades e doutrinas, às questões ordinárias da política “prática”, cujos efeitos seus eleitores sentem no dia a dia. Quando os jornais locais noticiam as demandas dos parlamentares corsos ao governo, mencionam não só os registros da política oficial que os representantes políticos elencam publicamente, para reclamar subsídios e subvenções (a obrigação de solidariedade, a preservação da unidade nacional, a justiça redistributiva), mas também como essas medidas solicitadas se traduzem concretamente na sociedade local (oportunidades de empregos, melhoria das condições de vida) – às vezes, em termos muito explícitos e que tangem as possíveis utilizações clientelistas pelos eleitos (BRIQUET, 1997a; PELLEGRINETTIE; ROVERE, 2004).

Um exemplo de alcance menor desses mecanismos, mas bastante significativo, é dado pelo discurso de um futuro deputado da Córsega, César Campinchi, durante uma reunião por ocasião de sua candidatura às eleições departamentais de 1928. Um agente da prefeitura o resume nestes termos em um relatório endereçado ao prefeito. O candidato é apresentado aos principais apoios do partido radical-socialista da circunscrição. Após ter sido apresentado brevemente por um de seus apoiadores, que o apresenta à plateia, insistindo em sua brilhante carreira profissional (é advogado em Paris) e no apoio do deputado atual que é também seu sogro, César Campinchi toma a palavra.

Após agradecer, o Dr. Campinchi apresenta a razão de sua candidatura, afirmando que respondia ao apelo de seus inúmeros amigos políticos e que se propunha a colocar, a serviço de seus futuros eleitores, o benefício de todas suas relações, garan-

tindo-lhes sua total devoção. Ele faz em seguida uma rápida apologia da República, de seu governo e declara, falando de Napoleão, que ele foi o mais republicano dos imperadores de sua época... (Relatório da Segurança Geral do comissariado, 1928, F7/12980).

Mesmo quando o escrutínio é local, os registros partidários e ideológicos intervêm no discurso político. O candidato deve, é claro, afirmar sua abnegação (as pressões amigáveis), o valor de seus recursos (seus importantes “relacionamentos”, seus laços de parentesco), a consciência de suas obrigações (o apoio eleitoral terá sua contraparte em serviços), isto é, significar de maneira mal e mal velada que está disposto a jogar o jogo da reciprocidade clientelista. Mas as referências políticas (a “República”, o “governo”) são necessárias à troca. Elas não se acrescentam às promessas camufladas; elas se impõem como ponto de passagem obrigatório do discurso, permitindo situar o candidato em um campo (o do radicalismo) e em um conjunto de redes que a marcação ideológica permite determinar. Esta vale, portanto, como expressão identitária que permite designar em termos propriamente políticos as alianças e as fidelidades, ainda que essas encontrem suas razões de ser na troca material e na satisfação mútua dos interesses.

O poder dos notáveis e o clientelismo associado a ele não são, portanto, contraditórios com a formação de identidades políticas estruturadas. Eles sustentaram a politização da população corsa ao longo da Terceira República, difundindo as categorias ideológicas nacionais, principalmente aquelas veiculadas pelo modelo republicano. Também contribuíram para a formação de identidades partidárias duradouras. A mediação dessas figuras teve um papel fundamental. O vínculo com o notável, assim como a adesão às suas redes de solidariedade e de pertença,

e as trocas de recursos e de serviços nessas redes determinam, em grande parte, as identificações políticas. Os grupos ligados a uma figura proeminente tendem a ser identificados por uma sigla partidária (“republicanos” ou “bonapartistas”, “gavinistas*” ou “landrystas*” – nomes forjados a partir do líder dos principais partidos insulares na primeira metade do século XX –, ou “partido” e “contrapartido” no âmbito dos vilarejos) e por seus símbolos expressivos (hinos, bandeiras, grandes figuras históricas, e até elementos de doutrina). O rótulo partidário se torna, deste modo, um suporte identitário poderoso, traduzindo e expressando laços de natureza muito diversa em categorias políticas: alianças familiares, solidariedades profissionais, interdependências materiais, participação em redes de ajuda mútua ou de sociabilidade, etc. As trocas clientelistas estabelecem laços entre um “patrão” político local e os membros de seu eleitorado, assim como entre esses eleitores, o sentimento compartilhado de pertencer ao mesmo grupo, ao mesmo “partido” do vilarejo. Na maioria das vezes, esse “partido” reúne indivíduos já unidos por laços de família ou de vizinhança, ou pela adesão a redes de sociabilidade ou de cooperação (confrarias, associações agrícolas, redes profissionais). Assim, um espectro muito amplo de relações sociais consegue se expressar por meio de uma identidade política comum, que se torna um “marcador identitário” essencial para os indivíduos e que contribui para fazer de sua adesão política (partidária) uma dimensão fundamental de sua identidade social.

O fornecimento de bens e serviços clientelistas pode então ser associado a uma aprendizagem normativa de valores e de ideais políticos; pode ser um instrumento de “pedagogia” política, segundo lógicas análogas às do “patronato democrático” – estudado por Maurice Agulhon na Provença, de meados do século XIX –, mas também análogas àquelas mostradas por Jean-Gustave Padioleau no contexto bem distinto dos municípios comunistas da periferia parisiense nos anos 1960 e 1970, onde os laços e trocas clientelistas são postos a serviço de uma aprendizagem das categorias políticas e ideológicas veiculadas pelo partido:

Na medida do possível, e com êxito variável, os militantes se esforçam para associar ao fornecimento de bens uma aprendizagem normativa pelo exercício da influência ideológica. Concretamente, o partido não distribui apenas bens para atender necessidades concretas de eleitores, mas a alocação desses bens faz parte também de um procedimento que denominamos pedagogia política. Nesse sentido, o partido se esforça para englobá-lo em uma racionalidade normativa [...] muito mais vasta. Pode-se dizer que o clientelismo comunista foi muito bem-sucedido quando as trocas de favores não passam de um elemento secundário na relação entre os eleitores e os eleitos [...]. O eleitor, oferecendo sua ‘lealdade’ ao partido, recompensa explicitamente o ‘patrão’. Mas essa lealdade ideológica oculta precisamente a relação de clientelismo (PADIOLEAU, 1982, p. 215-216).

* N. de trad.: referência à família corsa Gavini, que forneceu à vida política personagens de primeiro plano no século XIX e até a metade do século XX.

* N. de trad.: referência aos partidários do deputado socialista corso Adolphe Landry (1874-1956), ministro de Estado de três pastas.

Longe de ser um obstáculo à politização democrática, o clientelismo pode ser, portanto, um de seus instrumentos. De um lado, contribui para incentivar o interesse da população pelas atividades políticas, relacionando-as às questões concretas da vida diária; de outro, faz parte da educação política dessa população, familiarizando-a com as categorias ideológicas e os rótulos políticos nacionais, e levando-a a reformular um conjunto de relações sociais, nas quais está envolvida, nos termos de uma identidade política comum.

4. O regime das obrigações: economia moral dos laços de clientela

A pesquisa antropológica confirma a afirmação de que o clientelismo e os laços políticos personalizados podem ser instrumentos da politização, entendida como o processo de apropriação e de dominação pelos cidadãos comuns dos dispositivos políticos – principalmente o voto, mas também as outras formas de participação ou os modos de expressão das identidades e das lealdades partidárias.

Na Córsega rural dos anos 1980, objeto principal de minha pesquisa, é corrente que o laço político seja apresentado como um laço pessoal e afetivo, que se opõe à relação neutra e impessoal promovida pelo modelo ideal do civismo democrático. Por isso, o ato de votar frequentemente tem, nas comunidades rurais, um caráter público ostensivamente manifesto. Ao contrário de sua definição jurídica oficial, ele raramente é secreto e deve permitir que cada eleitor indique abertamente seu engajamento. En-

trar na cabine era, até recentemente, uma prática pouco corrente, que expõe ao risco de ser suspeito de duplicidade (“ele tem algo a esconder”). As escolhas eleitorais são expressamente reivindicadas: no dia do escrutínio, escolhe-se um único boletim de voto, que é abertamente mostrado antes de inseri-lo na urna; vai-se em grupo à prefeitura, entre pessoas do mesmo “partido”, para votar e depois esperar e comentar os resultados da eleição; festeja-se a vitória coletivamente (ou consola-se da derrota) na casa de um candidato ou no café “do partido”. O voto se revela assim o compromisso de um indivíduo – e mais frequentemente do grupo familiar ao qual ele pertence – com um candidato, a expressão de uma obrigação moral que se impõe em razão da existência de laços familiares, do dever de corresponder a um serviço prestado, de relações de solidariedade e de amizades⁶. Ele é inseparável, dessa forma, daquele que o expressa, em uma lógica análoga à que Marcel Mauss evidenciou acerca da dádiva, quando observa que “a coisa dada” cria entre os indivíduos um “laço pelas coisas, que é um laço de almas”. Do mesmo modo que a dádiva converte uma relação material em “relação espiritual”, o voto manifesta aqui um laço autêntico entre as pessoas (MAUSS, 1950, p.50).

Esse laço autêntico, entretanto, não está isento de ambiguidade: de um lado, ele se enuncia nos termos da obrigação moral (o dever de amizade e de solidariedade); do outro, é alimentado por trocas pragmáticas (os “serviços”). O voto permite, de fato, o acesso, por meio da troca clientelista, aos recursos que os políticos locais podem dis-

6. Segundo uma lógica análoga àquela evidenciada no caso brasileiro por Heredia e Palmeira (2004), que analisam o voto como sinal de uma adesão, geralmente fundada em uma obrigação moral (compromisso), em relação a um candidato. Ver também de L’Estoile (2013, p. 118-126).

tribuir (emprego, auxílio social, mercados públicos para os empreendedores, etc.). Ainda que o atendimento dos interesses privados do eleitor não seja imediato, ele está contido potencialmente em uma relação percebida como um compromisso a longo prazo que cria obrigações recíprocas. Dentre essas obrigações, o político eleito deve “prestar serviço” e interceder em favor de seus eleitores; estes, por sua vez, devem responder a esse serviço com fidelidade política e lealdade eleitoral, conforme me explicou o morador de uma pequena localidade rural, funcionário público aposentado:

Imagine que tenham dado um emprego a meu filho ou filha, confesso que isso nos liga [ao político que deu o emprego] [...]. Suponha que tenham feito um favor a uma pessoa cujo filho não conseguia se colocar em lugar nenhum e arranjam algo para ele. Pois então, ele não vai cuspir no prato que comeu; isso me parece normal. A honestidade me obriga a dizer que, para que eu fosse nomeado na Córsega, um deputado corso [que eu conhecia] interveio e ele tem meu reconhecimento [...]. Quando o favor é importante, não se pode recusar o voto: isso nos liga e eu não quero que digam que sou um ingrato.

Recusar o voto àquele que prestou um serviço, a si mesmo ou a um parente, é visto como uma “traição”, um desrespeito às regras de conduta legítimas do grupo local. Esse tipo de comportamento é frequentemente sancionado pela perda de reputação daquele que age assim (“Ele não é confiável”; “Ele é um ingrato”), ou pela exclusão das redes de sociabilidade em torno das quais se organiza o “partido” do vilarejo.

Em sentido inverso, a recusa (ou a impossibilidade) de um político eleito de atender às demandas de serviços de seus elei-

tores acarreta, em geral, a defecção. Uma promessa não mantida, um emprego não concedido etc., podem culminar na retirada do apoio eleitoral, como indicação prefeito de um vilarejo, relatando as dificuldades que enfrenta diante da multiplicidade de pedidos de seus eleitores:

É verdade que somos obrigados a prestar serviços, mas se deve prestar atenção, porque isso é uma bomba. Você pode ganhar vinte votos de um lado se conseguir um cargo [para alguém], mas também pode perder quarenta do outro [...]. Os descontentes vêm lhe dizer: ‘Mas como! A gente votou em você e você não nos dá nada’ [...]. O favor se volta contra você, e mesmo que o sujeito que você ajudou vote em você, ele o faz perder votos.

A ambiguidade desse tipo de relação política lembra aquela que Julien Pitt-Rivers destacou através do “paradoxo da amizade”: a relação de amizade deve ser alimentada por trocas de favores, mas é formalmente desinteressada. Assim, “ainda que um amigo possa, de direito, esperar que seus sentimentos e seu favor lhe sejam retribuídos, ele não deve ofertá-los com esse objetivo” (PITT-RIVERS, 1961, p. 139). Poder-se-ia dizer o mesmo da troca eleitoral na Córsega: mesmo que possa permitir o acesso a recursos materiais e a vantagens privadas, não deve ser apresentada como uma mera “troca”, mas como a consequência de uma relação moral entre pessoas. Desaparece aqui a distinção entre “amizade emocional” (*emotional friendship*) e “amizade instrumental” (*instrumental friendship*), frequentemente empregada para diferenciar as relações afetivas de amizade daquelas que visam a uma utilidade prática imediata (WOLF, 1966). Para as representações locais das condutas legítimas, o voto pode tanto expressar um comprometimento autêntico do indivíduo

(fundado na lealdade) quanto atender a interesses pragmáticos. A troca política é assim transformada em dever moral de reciprocidade. O ato de votar, assim como o de prestar um favor, vale mais pela intenção que ele demonstra (os sinais de um vínculo) do que por seus resultados (o favor pessoal para o eleitor ou o apoio eleitoral para o eleito). “Na Córsega, você é ‘pau pra toda obra’, mas em compensação se beneficia da devoção de toda a família. Famílias inteiras votavam em mim e tenho certeza de que me permanecem fiéis”, declarou-me em uma entrevista, por exemplo, um ex-deputado. E acrescentou:

O político é constantemente solicitado a fazer favores e, se não os fizer, é certo que perde eleitores. Eu trabalhava em um ministério em Paris e passava meu tempo procurando emprego para um, moradia subvencionada para outro. Também precisava conseguir transferências para funcionários que queriam voltar para a Córsega [...]. Mas nunca tive do que me queixar das pessoas que ajudei: eram eleitores fiéis.

A dimensão material da troca política não é ocultada (o voto atende às “solicitações” e aos “favores”), mas só transparece como consequência de sentimentos que a ultrapassam (a “fidelidade”, a “dedicação”) e que são a condição de sua possibilidade.

Àquilo que os políticos mobilizam como “regras pragmáticas”, quando prestam serviços e fazem favores para captar ou fidelizar eleitores, corresponde uma “regra normativa”⁷, que torna obrigatório para o beneficiário desses serviços e favores oferecer seu voto àquele que o ajudou. O voto vale mais pela intenção que demonstra (a

expressão de um vínculo, a manifestação de um reconhecimento) do que pelo interesse que ele satisfaz (empregos, recursos materiais)⁸. Uma moradora de um vilarejo do norte da Córsega formula muito claramente essa regra, explicando em uma entrevista as razões da popularidade do prefeito de sua municipalidade: “Temos um bom prefeito, que cuida bem de tudo, que presta muitos serviços. É por isso que todos votam nele”. A reciprocidade da troca clientelista funda um complexo de comprometimentos mútuos que os modelos culturais de percepção e de justificação das relações sociais apresentam como obrigações morais. Essas obrigações podem ser qualificadas de culturais se entendermos por cultura um universo comum de referências a partir do qual, de modo parcialmente consciente, os indivíduos orientam e avaliam suas práticas. Por meio do princípio socialmente admitido e compartilhado da obrigação moral de reciprocidade, o clientelismo instaura na Córsega um modo particular de conceber e justificar as relações políticas que, mesmo que se distinga do que se impôs historicamente como modalidade legítima da troca política (o modelo da cidadania democrática), encerra sua própria lógica e racionalidade.

Considerações finais: as lógicas práticas da politização

A elaboração precedente propõe uma concepção do clientelismo distante da maneira como os historiadores e os *social scientists* consideram o fenômeno, em sua grande maioria. Eles o apresentam habitualmente ou como um arcaísmo político e um obstáculo à politização democrática,

7. Sobre a dualidade entre regras pragmáticas e regras normativas, ver Bailey (1960, p. 14-16).

8. Esses aspectos são desenvolvidos em Briquet (2007, p. 142-155).

ou, quando é atestado em instituições políticas modernas, como uma disfunção dessas instituições, um desvio de seus objetivos legítimos. Essa concepção se diferencia também das interpretações correntes das dinâmicas da politização, que evidenciam principalmente os processos que levam o político a se “desencastrar” do social, tanto do ponto de vista material da libertação dos indivíduos em relação às redes de adesão e de dependência localizadas (tutelas de figuras proeminentes, influências religiosas, adesões comunitárias), quanto daquele mais abstrato da diferenciação entre as categorias morais ordinárias (obrigações interpessoais, senso de dignidade) e as da moral cívica (bem comum, defesa dos interesses coletivos, virtudes cidadãs, etc.) na produção dos julgamentos políticos. O primeiro desses dois processos é mostrado particularmente nos trabalhos de Maurice Agulhon e de Eugen Weber, este último associando comumente o localismo ao “arcaísmo” político. Para ele, a abertura à política se assemelha a uma ampliação dos quadros de existência e das referências culturais para além do espaço do vilarejo. A “penetração dos camponeses no mundo moderno” se associa ao enfraquecimento das ancoragens e das dependências consuetudinárias, à substituição das “disputas insignificantes”, das “rivalidades locais” e dos “vínculos pessoais pelos conflitos ideológicos nacionais” (WEBER, 1983, p. 377)⁹. Os autores que relacionam a politização ao domínio dos “códigos simbólicos” de natureza ideológica e de ideias, que se tornaram específicos em relação aos outros simbolismos sociais com a especialização das

atividades políticas e a monopolização da produção da linguagem política pelos políticos profissionais, insistem, por sua vez, no segundo processo. Entre eles, Daniel Gaxie, que faz do domínio das ideologias e da linguagem dos profissionais da política a condição derradeira da competência política:

Somente o domínio de uma ideologia dá os meios de aplicar aos homens e aos partidos os símbolos distintivos objetivamente exigidos para determiná-los, reconhecê-los, julgá-los ou memorizá-los [...]. As ideologias políticas constituem assim instrumentos de acumulação dos elementos do conhecimento fenomenológico do campo político e de enunciação das opiniões propriamente políticas (GAXIE, 1978, p. 81).

A análise que propus da politização clientelista na Córsega demanda a retomada dessas concepções. Ela evidencia a importância das experiências e das questões concretas em jogo, dos pertencimentos e das identidades coletivas, das morais ordinárias, no modo como os indivíduos se relacionam com seus representantes e apreendem a política. Ela destaca as hibridações, as articulações possíveis entre as formas legítimas da política moderna (a moral cívica, a cidadania democrática) e as trocas materiais propiciadas pelo uso da política democrática (o clientelismo). Ela defende a hipótese da influência das relações localizadas e das raízes territoriais nos dinamismos de politização dos cidadãos comuns, assim como a da influência das avaliações práticas das atividades políticas, de suas relações com as questões concretas da vida cotidiana, nes-

9. Segundo Weber: “A predominância dos particularismos e da personificação dos problemas constitui sempre o sinal [...] de um estágio primitivo da vida política [...] em parte porque as mentalidades ainda não se tinham habituado à abstração, que é a característica essencial do mundo e do espírito moderno” (1983, p. 372).

sas mesmas dinâmicas. Tal concepção leva a rever a noção de politização, concebendo-a mais como o processo pelo qual certas populações se apropriam concretamente da política democrática – mais em função das questões e interesses ligados à sua existência material do que como apenas a aculturação às categorias e valores legítimos dessa política democrática.

Dois elementos principais foram destacados neste artigo. O primeiro refere-se à inserção da política nas experiências individuais diárias e localizadas, que ultrapassam amplamente a esfera das atividades atinentes à política institucional e oficial. A participação na política, as identificações partidárias, as lealdades eleitorais, etc. são determinadas, em parte, pela inscrição dos indivíduos em redes relacionais que se assestam em sua vida familiar, seu pertencimento territorial, suas práticas de lazer, sua sociabilidade profissional, etc. Elas também são condicionadas pelo “senso prático” da política que os indivíduos desenvolvem, ao se confrontarem com a ação dos políticos e avaliarem o modo como a política responde a seus problemas concretos, atende às suas reivindicações em termos materiais (a resolução dos problemas materiais que os atingem) e simbólicos (reconhecimento público, expressão de consideração, atenção às queixas). O segundo elemento diz respeito aos códigos morais que servem de base aos julgamentos políticos. Estes também se fundamentam em registros e critérios de avaliação que, a exemplo da obrigação de reciprocidade, do dever de reconhecimento e do julgamento de equidade dirigido a um político, em função de sua capacidade de agir de acordo com os deveres de seu encargo, não estão confinados à esfera política, mas recobrem uma pluralidade de dimensões da vida social ordinária.

Referências

- AGULHON, M. *La République au village*. Les populations du Var de la Restauration à la IIe République. Paris: Seuil, 1979.
- BAILEY, F. G. *Stratagems and Spoils: a Social Anthropology of Politics*. Oxford: Basil Blackwell, 1969.
- BOURDIEU, P. La représentation politique. Élément pour une théorie du champ politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 36-37, p. 3-24, 1981.
- BOURDIEU, P. *La distinction: Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- BRIQUET, J.-L. Politics in the Village. Voting and Electoral Mobilization in Rural Corsica. In: BERTRAND, R., BRIQUET, J.-L.; PELS, P. (Orgs.). *Cultures of Voting*. London: Hurst, 2007, p. 142-155.
- BRIQUET, J.-L. La politique clientélaire. Clientélisme et processus politiques. In: BRIQUET, J.-L.; SAWICKI, F. (Orgs.). *Le clientélisme politique dans les sociétés contemporaines*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, p. 7-37.
- BRIQUET, J.-L. *La tradition en mouvement: Clientélisme et politique en Corse*. Paris: Belin, 1997a.
- BRIQUET, J.-L. Potere dei notabili e legittimazione: Clientelismo e politica in Corsica durante la Terza Repubblica (1870-1940). *Quaderni storici*, n. 94, p. 121-154, 1997b.
- COMBES, H.; VOMMARO, G. *Sociologie du clientélisme*. Paris: La Découverte, 2015.
- GARRIGOU, A. *Histoire sociale du suffrage universel en France (1848-2000)*. Paris: Seuil, 2002.
- GAXIE, D. *Le cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique*. Paris: Seuil, 1978.
- GRIBAUDI, G. A. *Eboli: il mondo meridionale in cent'anni di trasformazione*. Venezia: Marsilio, 1990.
- HEREDIA, B. M. A.; PALMEIRA, M. Le vote comme engagement. *Genèses*, n. 93, p.127-143, 2004.
- LACROIX, B. *Ordre politique et ordre social*. In: LECA, J.; GRAWITZ, M. (Orgs.). *Traité de scien-*

- ce politique, v.1, Paris: Presses Universitaires de France, 1985, p. 469-565.
- L'ESTOILE, B. Un regard ethnographique sur la politique. *Genèses*, n. 93, p. 118-126, 2013-2014.
- MAUSS, M. Essai sur le don. *Sociologie et anthropologie*, Paris: Presses Universitaires de France, 1950 [1ª edição: 1923-1924].
- OFFERLÉ, M. Capacités politiques et politisation. Faire voter et voter, xixe-xxe siècles. *Genèses*, n. 67, p. 131-149, 2007a.
- OFFERLÉ, M. Capacités politiques et politisation. Faire voter et voter, , xixe-xxe siècles. *Genèses*, n. 68, p. 145- 160 , 2007b.
- OFFERLÉ, M. Mobilisation électorale et invention du citoyen. L'exemple du milieu urbain français à la fin du XIXe siècle. In: GAXIE, D. (Org.). *Explication du vote: Un bilan des études électorales en France*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989, p. 149-174.
- PADIOLEAU, J. G. Le clientélisme local dans la société postindustrielle. L'exemple du Parti communiste français. *L'État au concret*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982, p. 205-222.
- PÉCOUT, G. La politisation des paysans au XIX siècle. Réflexions sur l'histoire politique des campagnes françaises. *Histoire et sociétés rurales*, n. 2, 1994, p. 91-125.
- PELLEGRINETTI, J. P.; ROVERE, A. *La Corse et la République: La vie politique de la fin du second Empire au début du XXIe siècle*. Paris: Seuil, 2004.
- PITT-RIVERS, J. *The People of the Sierra*. Chicago & London: Chicago University Press, 1961 [1ª edição 1954].
- RELATÓRIO DA SEGURANÇA GERAL DO COMISSARIADO DE AJACCIO, 11 setembro de 1928, Arquivos Nacionais, F7/12980.
- ROUSSELLIER, N. Les caractères de la vie politique dans la France républicaine 1889-1914. In: BERSSTEIN, S.; WINOCK, M. *L'invention de la démocratie 1789-1914*. Paris: Seuil, 2002, p. 47-76.
- TALPIN, J. Ces moments qui façonnent les hommes. Eléments pour une approche pragmatiste de la compétence politique. *Revue française de science politique*, v. 60, n. 1, p. 91-115, 2010.
- WEBER, E. *La fin des terroirs. La modernisation de la France rurale 1870-1914*. Paris: Fayard 1983 [1ª edição em língua inglesa 1973].
- WOLF, E. R. Kinship, Friendship, and Patron-Client Relations in Complex Societies. In: BANTON, M. (Org.). *The Social Anthropology of Complex Societies*, London: Tavistock Publications, 1966, p. 1-22.

RESUMO

O clientelismo geralmente é considerado como um obstáculo à modernização política e à politização democrática. Vínculo pessoal utilitário e particularista, baseado na obtenção de benefícios pessoais recíprocos (apoio político mediante favores), ele é visto como um empecilho à concretização de uma cidadania universalista, fundada na cultura cívica, nas identificações coletivas, nos valores políticos e nas ideologias. A partir do caso da Córsega, este artigo contesta de duas maneiras essa interpretação do clientelismo político. Primeiramente, em uma perspectiva histórica, trata-se de estudar o clientelismo como um mecanismo através do qual as instituições e as categorias políticas modernas integram e se adaptam a situações locais no decorrer do processo de formação e de consolidação das instituições democráticas. Em segundo lugar, em uma ótica mais antropológica, trata-se de mostrar como os vínculos personalizados de troca se inserem em uma economia moral a partir da qual os atores sociais se apropriam concretamente da política e lhe dão sentido. Deste modo, o artigo reexamina a noção de politização, concebida mais como um processo de apropriação prática e de experimentação da democracia do que como um processo de interiorização dos padrões oficiais da política moderna.

PALAVRAS-CHAVE

Clientelismo. Córsega. Democratização na França (Séculos XIX e XX). Laços Políticos Personalizados. Politização.

ABSTRACT

Clientelism is generally seen as an obstacle to political modernization and democratic politicization. A personal and utilitarian personal bonding, based on reciprocal personal benefits (political support through favors), is seen as a hindrance to the realization of a universalist citizenship, founded on civic culture, collective identifications, political values and ideologies. From the case of Corsica, this article challenges this interpretation of political clientelism in two ways. The first, in a historical perspective, studies clientelism as a mechanism through which modern political institutions and categories integrate and adapt to local situations during the process of formation and consolidation of democratic institutions. The second and more anthropological perspective shows how the personalized bonds of exchange are embedded in a moral economy from which social actors concretely take ownership of politics and interpret it. Thus, the article re-examines the notion of politicization, conceived more as a process of practical appropriation and experimentation of democracy than as a process of internalization of the official standards of modern politics.

KEYWORDS

Clientelism. Corsica. Democratization in France (19th and 20th Centuries). Custom Political Bonds. Politization.

Recebido em: 10/03/16

Aprovado em: 09/11/16